

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado do exercício

Quadro III - Demonstração dos outros resultados abrangentes

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Conselho de Administração do
Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos outros resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 26 de fevereiro de 2021




Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador CRC MG - 079.276/O-7


Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.
 CNPJ: 00.718.528/0001-09
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	64.920	6.302	73.953	10.479
Contas a receber	7	155.235	100.772	157.652	102.285
Estoques	8	13.728	9.060	14.050	9.060
Impostos a recuperar	9	14.407	15.535	14.407	15.564
Outros créditos	10	668	6.281	668	7.873
Total do Circulante		248.958	137.950	260.730	145.261
Não Circulante					
Partes relacionadas	11	127.603	79.991	127.603	79.991
Depósito judicial		921	294	921	294
Outros créditos	10	7.467	231	7.467	231
Investimentos	12	24.190	18.908	14.449	14.394
Imobilizado	13	58.783	64.489	59.174	64.931
Intangível	14	11.001	9.108	11.008	9.113
Direito de uso	15.1	153.070	153.932	157.253	156.062
Total do Não Circulante		383.035	326.953	377.875	325.016
Total do Ativo		631.993	464.903	638.605	470.277

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Fornecedores	16	42.176	26.442	42.011	26.730
Empréstimos e financiamentos	17	99.665	7.983	99.665	7.983
Obrigações sociais e trabalhistas	18	40.754	33.896	40.936	33.971
Obrigações tributárias	19	18.250	27.167	18.599	27.354
Arrendamentos	15.2	20.211	24.092	21.008	24.192
Outras obrigações	20	11.821	953	13.873	1.983
Total do Circulante		232.877	120.533	236.092	122.213
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	160.066	163.169	160.066	163.169
Partes relacionadas	11	-	7.975	-	7.975
Obrigações tributárias	19	15.699	2.208	15.699	2.208
Provisão para contingências	31	311	-	311	-
Arrendamentos	15.2	135.092	130.671	138.489	132.382
Outras obrigações	20	11.655	22.800	11.655	22.800
Total do Não Circulante		322.823	326.823	326.220	328.534
Total do Passivo		555.700	447.356	562.312	450.747
Patrimônio Líquido					
Capital social		7.500	7.500	7.500	7.500
Reserva legal		1.500	1.500	1.500	1.500
Reserva de lucros		67.293	8.547	67.293	8.547
		76.293	17.547	76.293	17.547
Participação de não Controladores		-	-	-	1.983
Total do Patrimônio Líquido	21	76.293	17.547	76.293	19.530
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		631.993	464.903	638.605	470.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lídia Freire Abdalla Nery
 Presidente Executiva

Lourivana Rodrigues de Lima
 Contadora - CRC-DF 017.015/O-8

José Francisco Viana de Sousa
 Diretor Financeiro

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.
CNPJ: 00.718.528/0001-09
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita Operacional Líquida	22	719.075	630.794	738.607	651.556
Custos da prestação de serviços	23	(185.061)	(145.414)	(187.740)	(150.267)
Lucro Operacional Bruto		534.014	485.380	550.867	501.289
(Despesas) Receitas Operacionais					
Pessoal, benefícios e encargos sociais	24	(244.685)	(232.229)	(250.721)	(233.119)
Administrativas	25	(98.215)	(100.377)	(100.882)	(107.856)
Comerciais	26	(7.371)	(9.944)	(7.420)	(9.965)
Tributárias	27	(1.987)	(3.163)	(2.031)	(3.201)
Depreciação/amortização		(9.714)	(9.747)	(9.820)	(9.868)
Depreciação - CPC 06		(23.477)	(25.399)	(23.956)	(25.746)
Resultado com participações societárias		4.392	4.231	-	-
Outros resultados operacionais	28	(1.494)	3.737	(1.272)	3.737
Resultado Operacional		151.463	112.489	154.765	115.271
Resultado Financeiro	29				
Receitas financeiras		3.375	4.065	3.482	4.124
Despesas financeiras		(21.148)	(22.778)	(21.264)	(23.066)
Despesas financeiras - CPC 06		(12.865)	(11.639)	(13.629)	(11.639)
		(30.638)	(30.351)	(31.411)	(30.580)
Resultado antes dos Impostos		120.825	82.138	123.354	84.691
Imposto de renda e contribuição social - corrente	30	(42.497)	(26.874)	(43.409)	(27.569)
Lucro Líquido do Exercício		78.328	55.264	79.945	57.122
Participação dos quotistas não controladores				1.618	1.858
Participação dos quotistas controladores				78.328	55.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lídia Freire Abdalla Nery
Presidente Executiva

José Francisco Viana de Sousa
Diretor Financeiro

Lourivana Rodrigues de Lima
Contadora - CRC-DF 017.015/O-8

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.
CNPJ: 00.718.528/0001-09
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado Líquido do Exercício	78.328	55.264	79.945	57.122
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Ajustes que não serão reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Ajustes que serão reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	78.328	55.264	79.945	57.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lídia Freire Abdalla Nery
Presidente Executiva

José Francisco Viana de Sousa
Diretor Financeiro

Lourivana Rodrigues de Lima
Contadora - CRC-DF 017.015/O-8

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.
 CNPJ: 00.718.528/0001-09
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido dos Controladores	Patrimônio Líquido dos Não Controladores	Total
Saldo em 31/12/2018	7.500	120	4.663	-	12.283	558	12.841
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	(433)	(433)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	55.264	55.264	1.858	57.122
Realização de reservas de lucros	-	-	(50.000)	-	(50.000)	-	(50.000)
Apropriação à reserva legal	-	1.380	(1.380)	-	-	-	-
Apropriação à reserva de lucro	-	-	55.264	(55.264)	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	7.500	1.500	8.547	-	17.547	1.983	19.530
Aquisição de participação societária	-	-	-	-	-	(3.601)	(3.601)
Dividendos distribuídos a pagar	-	-	(8.500)	-	(8.500)	-	(8.500)
Dividendos pagos	-	-	(11.082)	-	(11.082)	-	(11.082)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	78.328	78.328	1.618	79.945
Apropriação à reserva de lucro	-	-	78.328	(78.328)	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	7.500	1.500	67.293	-	76.293	-	76.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

 Lidia Freire Abdalla Nery
 Presidente Executiva

 José Francisco Viana de Sousa
 Diretor Financeiro

 Lourivana Rodrigues de Lima
 Contadora - CRC-DF 017.015/O-8

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.
 CNPJ: 00.718.528/0001-09
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de Caixa provenientes das Operações				
Resultado Líquido antes do IR e CSLL	120.825	82.138	123.354	84.691
Ajuste de Despesas/Receitas que não afetam o Caixa				
Depreciação/amortização	12.747	12.732	12.852	12.853
Depreciação - CPC 06	23.477	25.399	23.956	25.746
Resultado de equivalência patrimonial	(4.392)	(4.231)	-	-
Provisão de férias e 13º salário	32.030	30.127	32.506	30.127
Perda com a carteira de clientes	2.379	4.720	2.380	4.720
Outros ajustes	-	1.961	-	1.961
	187.066	152.846	195.048	160.098
Variações nos Ativos e Passivos				
Clientes	(56.842)	(27.805)	(57.747)	(28.485)
Estoques	(4.668)	7.629	(4.990)	7.629
Impostos a recuperar	1.128	(9.043)	1.157	(9.072)
Outros créditos e depósitos judiciais	(2.249)	2.892	(657)	1.477
Fornecedores	15.734	(9.514)	15.281	(10.378)
Obrigações trabalhistas e sociais	(25.173)	(24.397)	(25.541)	(24.761)
Obrigações fiscais	(9.920)	4.046	(10.291)	4.106
Outras exigibilidades	36	10.707	(2.177)	11.366
Imposto de renda e contribuição social	(28.003)	(13.397)	(28.382)	(14.093)
Total das Variações	(109.957)	(58.882)	(113.347)	(62.211)
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	77.109	93.964	81.701	97.887
Fluxo de Caixa de Atividades de Investimentos				
Aquisição de investimentos	(978)	(59.668)	(508)	(59.668)
Dividendos recebidos	-	985	-	(432)
Aquisição de imobilizado	(3.043)	(5.965)	(3.097)	(6.004)
Aquisição de intangível	(5.830)	(300)	(5.832)	(965)
Alienação líquida do ativo imobilizado e intangível	26	40	26	40
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimentos	(9.825)	(64.908)	(9.411)	(67.029)
Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamentos				
Captação/(Pagamento) de empréstimos e financiamentos	88.578	87.098	88.578	87.098
Pagamento de arrendamentos	(22.075)	(24.568)	(22.225)	(25.234)
Empréstimos de controladas/coligadas	(55.587)	(70.542)	(55.587)	(70.542)
Recebimento/(Pagamento) de dividendos	(19.582)	(27.359)	(19.582)	(27.359)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamentos	(8.666)	(35.371)	(8.816)	(36.037)
Aumento/(redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	58.618	(6.315)	63.474	(5.179)
Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do exercício	6.302	12.617	10.479	15.658
No fim do exercício	64.920	6.302	73.953	10.479
Varição no Período	58.618	(6.315)	63.474	(5.179)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lídia Freire Abdalla Nery
 Presidente Executiva

Jose Francisco Viana de Sousa
 Diretor Financeiro

Lourivana Rodrigues de Lima
 Contadora - CRC-DF 017.015/O-8

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. ("Companhia", e, em conjunto com suas controladas, "Grupo") é o maior da região Centro-Oeste, com unidades no Distrito Federal e nos estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima, Santa Catarina e Paraná.

Fundado em 1984, o Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. é reconhecido por instituições nacionais e internacionais pela qualidade dos seus serviços de saúde, gestão de pessoas, responsabilidade socioambiental e pesquisas técnico-científicas.

O Grupo está presente nas cinco regiões do país com cerca de 300 pontos de atendimento e conta com um amplo portfólio de produtos e serviços nas áreas de: (i) análises e pesquisas clínicas e patológicas, em geral humanas; (ii) recebimento de amostras veterinárias para análises e pesquisas clínicas em geral; (iii) prestação de serviços e análises de biologia molecular e citogenética; (iv) prestação de serviços de vacinação e imunização em pessoas humanas; e (v) *check – up* executivo.

Para manter a excelência na realização de exames, a Companhia participa há mais de 20 anos do PELM (Programa de Excelência para Laboratórios Médicos) e investe em programas internos de qualidade, metodologias, equipamentos e atualização científica da equipe técnica. O Laboratório Sabin é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Brasília - DF.

O investimento na capacitação e atualização do corpo técnico, por meio da participação em congressos e seminários nacionais e internacionais, aliado à inovação tecnológica em todos os processos analíticos, reafirma a proposta do Sabin em oferecer à população um serviço diferenciado e de acordo com normas internacionais de qualidade.

A Companhia também é a única mantenedora do Instituto Sabin, entidade qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, que surgiu com a missão de reunir e formalizar as práticas de responsabilidade social empresarial, investimento social privado e inovação social exercidas pelo Laboratório Sabin S.A. em 4 (quatro) eixos de atuação, a saber: (i) Braço social do Grupo Sabin: (ii) Fortalecer o ecossistema de impacto e organizações; (iii) Testar novos instrumentos financeiros pró - impacto; e (iv) Ampliar a compreensão e as narrativas de impacto.

1.1 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

Em 15 de agosto de 2018, um novo marco regulatório foi sancionado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais (de funcionários, terceiros, clientes, fornecedores, entre outros), inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A partir do mesmo ano, o Grupo Sabin estruturou o Grupo de Trabalho LGPD (GT-LGPD), formado por diretores, gerentes e outras lideranças, que é responsável pelo programa de privacidade de dados pessoais e dados pessoais sensíveis nas relações e atividades empresariais junto aos clientes, parceiros, prestadores, fornecedores, autoridades públicas e sociedade em todo território nacional, além dos processos de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

Em 2020, mesmo num contexto em que o setor de medicina diagnóstica foi referência para as ações de enfrentamento à pandemia, o Grupo Sabin concluiu o projeto de gap assessment com a empresa de auditoria Deloitte, que efetuou uma avaliação detalhada e minuciosa do ambiente da empresa com o objetivo de identificar o nível de aderência da organização em relação à referida lei. Esse trabalho apresentou como resultado as oportunidades de melhorias e um *roadmap* de implementação para privacidade.

No mesmo ano, o Grupo nomeou o seu *Data Protection Officer* (DPO) e intensificou os investimentos no processo de desenvolvimento e capacitação de seus colaboradores. Os direitos dos titulares são cuidadosamente atendidos pelo canal exclusivo: ***dpo@sabin.com.br***

A privacidade de dados pessoais representa um dos grandes ativos a serem cuidados pelo Grupo Sabin, assim, é essencial que na nossa missão de prestar serviço com excelência sejam emanadas e observadas as orientações para execução das atividades por toda a estrutura organizacional, como:

- Estar em conformidade com as leis, normas e regulamentos inerentes à proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, alinhado com as melhores práticas de governança;
- Cuidar e proteger o direito de privacidade de dados pessoais dos colaboradores, clientes, fornecedores, prestadores e parceiros contra os riscos de violação e incidentes;
- Aprimorar continuamente políticas, normas, sistemas, registros, procedimentos, protocolos e rotinas capazes de assegurar relações seguras e transparentes no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis; e

- Investir continuamente na conscientização, capacitação e desenvolvimento em relação à proteção e privacidade de dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

O Conselho de Administração, a presidência, diretorias, gerências e as lideranças do Grupo Sabin incentivam e estimulam a manutenção e a evolução constante da política corporativa de privacidade frente os *stakeholders* com os quais a organização mantém relação comercial, administrativa ou assistencial. Dessa forma, garante o tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis para o propósito estabelecido entre as partes em conformidade com a LGPD e com as leis que constituem o arcabouço regulatório do setor de saúde, protegendo a privacidade e confidencialidade dos dados, além dos princípios éticos e morais preconizados pelo Grupo.

1.2 Impactos da COVID-19 (Coronavírus)

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. A Administração da Companhia continua acompanhando os possíveis impactos em suas operações e tem desenvolvido planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Adicionalmente, a Administração considera que os impactos da pandemia não afetaram seu negócio por esta fazer parte do segmento de saúde.

2 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. e suas subsidiárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação da Diretoria Estatutária em 5 de fevereiro de 2021.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) aprovados pela Comissão de valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Leis de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia, também, aplicou na elaboração das Demonstrações Financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão do negócio.

3.1 Base de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as propriedades para investimentos (nota explicativa nº 4.6). Todas as informações estão apresentadas em milhares de Reais.

3.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da empresa.

3.3 Base de Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos de termos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Em 31 de dezembro de 2020, o Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. adquiriu 30,51% da participação societária de sua controlada PHD Laboratório Clínico S.A., tornando-se única controladora. Por se tratar de aquisição de participação não controladora de empresa do Grupo, esta transação foi considerada como uma aquisição societária sob controle comum e reconhecida nas demonstrações financeiras do Grupo pelo seu custo histórico. A eventual diferença entre os montantes pagos ou recebidos e a participação adquirida foi reconhecida diretamente no patrimônio do grupo, como transação de capital com o acionista.

Na consolidação são eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

3.4 Adoção de novas normas

Durante o exercício de 2020, a Companhia observou a aplicabilidade das seguintes normas:

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2020:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de Negócio (alterações ao CPC 15/ IFRS 3);
- Definição de Materialidade (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e
- Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7).

Vigência a partir de 1º de junho de 2020:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16).

A Controladora e sua Controlada não possuem transações que sejam afetadas pelas novas normas ou suas políticas contábeis já são consistentes com os novos requerimentos.

3.5 Continuidade Operacional

A Administração continua a ter uma expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para continuar operando pelos próximos 12 meses, apesar das medidas praticadas pelo Governo brasileiro para retardar a propagação do vírus (ou “achatar a curva”) no país, obrigarem o fechamento de unidades pelo período de dois meses durante o ano de 2020. Além disso, em razão da natureza de suas operações, o surto da pandemia da COVID-19, propiciou um crescimento na demanda para a realização de teste molecular para detecção do SARS-CoV-2, por RT-PCR em amostras clínicas respiratórias, e teste sorológico que detecta anticorpos que se forma no sangue após uma infecção.

Para isso, a Administração considerou uma gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital, não sendo de seu conhecimento nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro presumível.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$79.945. O Ativo Circulante excedeu o passivo circulante em R\$33.138 e a Companhia possui o montante de R\$73.953 em recursos compreendendo caixa e equivalentes de caixa, outros ativos de alta liquidez e linhas de crédito não utilizadas disponíveis na data de autorização destas demonstrações financeiras.

As informações anuais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. e de sua Controlada, uma vez que a Administração avaliou a capacidade operativa e está convencida de que possui recursos e condições suficientes para prosseguir no negócio num futuro previsível.

4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

4.1 Reconhecimento da receita

A Companhia e sua Controlada reconhecem as receitas quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de performance ao transferir o controle do serviço prometido ao cliente. Esse serviço é considerado transferido à medida em que o cliente obtém o seu controle.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

a) Receita de prestação de serviço

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas complementado pela provisão de serviços executados e ainda não faturados.

Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços decorrentes dos atendimentos realizados nos diversos segmentos do negócio (medicina diagnóstica, exames de imagem, imunização, entre outros).

b) Receita financeira

A receita financeira compreende basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras. É reconhecida no resultado com base no método da taxa de juros efetiva. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

c) Receita de aluguel

A receita de aluguel proveniente de imóvel para investimento, arrendado a terceiros conforme contrato de arrendamento operacional, é reconhecida pelo método linear na demonstração do resultado em "Outras receitas", durante o período de arrendamento.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, conforme nota explicativa nº 6 e as contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, conforme nota explicativa nº 17.

4.3 Contas a receber (Clientes)

As contas a receber de clientes são decorrentes de serviços prestados, inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação, deduzido da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis de estimativa para ajuste ao valor presente e líquidos de estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas como ativos circulantes, caso contrário está apresentado no ativo não circulante.

4.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e é avaliado quanto ao seu valor recuperável na data de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*) ou obsolescência, esta é imediatamente reconhecida no resultado e os saldos apresentados líquidos.

4.5 Investimentos em coligadas e controladas

Os investimentos da Companhia em suas coligadas e controlada são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária nas coligadas e controlada é apresentada na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

4.6 Propriedades para investimento

Conforme definido pelo pronunciamento contábil CPC 28 – Propriedades para Investimentos, as propriedades para investimento estão reconhecidas e apresentadas pelo seu valor justo, que é composto pelo custo de aquisição incorrido no ato da compra do imóvel mais atualização através de laudo de avaliação.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que se encontra alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência, bem como a depreciação. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

4.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo original de aquisição deduzido o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo original inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, excluindo custos de financiamentos.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado, o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é registrado no resultado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Edificações - 25 anos
- Máquinas - 10 anos
- Veículos - 5 anos
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se seu valor contábil for maior que o valor recuperável. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" na demonstração do resultado.

4.8 Ativo intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de 5 anos.

4.9 Direito de uso de arrendamentos

A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento".

O Laboratório Sabin atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: (i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado e (ii) passivos de arrendamento, que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, coincidindo, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia aplica a sua taxa de empréstimo incremental (ou capitalização de recursos) na data de início. Após essa data, o valor passa a ser corrigido mensalmente pelos juros e reduzido pelos pagamentos efetivados. Adicionalmente, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus contratos cuja vigência seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. São classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, importação, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente demanda de um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a empresa e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.11 Debêntures

O registro do montante inicial dos recursos captados por intermédio da emissão de títulos patrimoniais corresponde aos valores líquidos disponibilizados para a entidade pela transação. Os custos de transação incorridos na captação de recursos são contabilizados de forma destacada, em conta redutora no passivo.

4.12 Benefícios a empregados

Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR

Os valores do PPLR por atingimento de metas e indicadores de eficiência por desempenho, são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem e mensurados mediante cálculo aplicado sobre a totalidade de pontos alcançados pelo colaborador, composto pelo desempenho corporativo, em equipe e individual do colaborador.

4.13 Dividendos

A parcela dos dividendos mínimos obrigatórios e, quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos adicionais efetuada pela Administração da Companhia é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, ou, nos casos em que o pagamento ocorrer de forma antecipada, baixado da rubrica “Antecipação de

dividendos”, sendo o primeiro caso assim tratado por ser considerada como uma obrigação legal prevista no contrato social da Companhia.

4.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são avaliados anualmente para identificação do efeito do valor presente e, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente levando em consideração as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas médias efetivas do custo de capital junto a instituições financeiras. Subsequentemente, esses efeitos são realocados para as linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo.

4.15 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.16 Estimativa de não recuperabilidade (*impairment*) em Ativos não Financeiros

Anualmente, o valor contábil líquido dos ativos do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A e de sua controlada é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido ao valor recuperável, deve ser constituída uma estimativa de não recuperabilidade do ativo ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados, anualmente, para verificação do valor recuperável e quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último, é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC's)).

Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

Para o exercício de 2020, a Administração realizou o estudo para seus ativos imobilizados e não identificou ativos que necessitassem de constituição de provisão.

4.17 Tributação

Tributos sobre lucro

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e, sua controlada por sua vez adota o regime tributário de lucro presumido. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Tributos correntes

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240; e
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias decorrentes das inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar as autoridades fiscais.

4.18 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo amortizado.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros da Companhia encontravam-se classificados nas seguintes categorias:

Categoria	Ativo financeiro	Mensuração
Custo amortizado	Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Adiantamentos a fornecedores Créditos a receber de partes relacionadas.	Mensurado pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou custo mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável.

Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros

Se aplicável, com base no histórico de inadimplência a Companhia constitui provisão para perda esperada de crédito para os contratos de venda de unidades imobiliárias com parcelas vencidas, sendo os valores provisionados mensalmente em contraposição ao reconhecimento das respectivas receitas de incorporação, com base em dados históricos.

A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para risco de crédito, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

4.19 Gerenciamento de riscos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e sua Controlada é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas envolvidas para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no monitoramento constante das taxas contratadas versus com as vigentes no mercado, cujo objetivo final é a preservação das margens obtidas com a política definida em conjunto com as áreas operacionais envolvidas.

4.19.1 Risco de mercado

a) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia está associado às taxas do CDI e ao IPCA que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures e Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI).

b) Gerenciamento de risco da taxa de juros

A Companhia e sua investida consolidada, atualmente, não utilizam quaisquer instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição ao risco decorrente das flutuações das taxas de juros.

4.19.2 Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes privados e garantias dos convênios. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5 (b).

4.19.3 Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado, em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

4.19.4 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Risco de taxa de juros

No curso normal das operações pode incorrer um descasamento dos índices e taxa de juros (TJLP, IPCA, taxas pré-fixadas, LIBOR, SELIC (CDI), incidentes sobre transações financeiras ativas e passivas. Esse tipo de disparidade, e seu potencial impacto econômico-financeiro, têm origem em fatores endógenos à Companhia, como a contratação de prazos e indexadores das operações financeiras, e exógenos, como as flutuações dos níveis de taxas de juros e índices.

O objetivo é gerenciar os fatores internos e, na medida do possível, antecipar-se às consequências relacionados a causas externas. O controle as potenciais exposições, tanto de curto quanto de longo prazo, visa melhorar a previsibilidade do fluxo de caixa. Sendo assim, a análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada exercício.

Na definição de contrapartes em operações financeiras ativas, observa-se a taxa de rentabilidade, prazo, liquidez dos ativos, reciprocidade e concentração de exposição junto à instituição financeira e, na definição de contrapartes em operações financeiras passivas privilegia-se a melhor combinação de custo financeiro e indexador, desde que assegurados os critérios estabelecidos (Gestão do risco de índices e taxas de juros).

Para os passivos financeiros indexados ao CDI e taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor líquido do passivo esteve em aberto durante todo o período. Um aumento ou uma redução de 5 pontos percentuais é utilizado para apresentar à Administração os impactos de riscos frente a possíveis mudanças na taxa de juros.

Apresentamos um demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nos riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia.

Ano	31/12/2020			
	Passivo Financeiro	Taxa - Juros 7,83%a.a.	Stress 5%	Stress-5%
2020	259.730	7,83%a.a.	1.017	(1.017)
2021 em diante	154.796	7,96%a.a.	616	(616)

5 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia e sua Controlada faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos porvindouros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo:

a) Provisões para processos cíveis, trabalhistas e tributários

No curso normal das suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 31. Provisões são constituídas para todo os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

b) Estimativa para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A estimativa para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em premissa que avalia critérios dentre os quais podemos destacar: (i) dificuldade financeira e histórico de inadimplência; (ii) quebras ou não cumprimento de contratos; (iii) repactuações de contratos que não ocorreriam em situações normais; (iv) e credor em situação de falência. Para essa avaliação, a administração analisa seus principais contratos principalmente com convênios.

No que se refere ao item “dificuldade financeira” são utilizados como premissas o histórico de inadimplência e o estágio de negociação como fatores qualitativos. Para contratos/convênios cuja probabilidade de risco de perda é avaliada como muito alta, a administração constitui provisão de 100% dos créditos (vencidos e a vencer).

Os contratos com risco de perda avaliados como elevado a provisão é constituída sobre 20% do total dos créditos. Para os riscos de perda médios são constituídas provisão para 10% do total dos créditos.

c) Estimativas para perdas com estoques de giro lento e obsoletos

A estimativa para perdas com estoques de giro lento e fora de linha, quando aplicável, é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de possibilidade de consumo ou aplicação dos insumos na prestação de serviços, perecibilidade e o giro dos estoques existentes nas datas de encerramento dos exercícios.

d) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras são majoritariamente investimentos em renda fixa sem restrição para resgate, prontamente resgatáveis, sem perspectivas de variações significativas de valor e que não estão sujeitas a riscos significativos de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e depósitos bancários	5.863	1.977	7.296	3.348
Aplicações financeiras	59.057	4.325	66.657	7.131
Total	64.920	6.302	73.953	10.479

7 CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes – PJ (a)	138.464	91.678	140.029	92.908
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(2.397)	(2.364)	(2.397)	(2.364)
Cartões de crédito (b)	19.067	11.357	19.659	11.640
Outras contas a receber	101	101	361	101
Total	155.235	100.772	157.652	102.285
Circulante	155.235	100.772	157.652	102.285
Não Circulante	-	-	-	-

(a) Composto majoritariamente por valores a receber de convênios, possui giro médio de 90 (noventa) dias;

(b) Refere-se ao valor a receber de serviços prestados pagos por cartão de crédito.

8 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Itens de reação	8.238	5.055	8.238	5.055
Itens de controle de qualidade	490	354	490	354
Itens de coleta	789	736	789	736
Itens de consumo	992	653	1.314	653
Itens de imagem	79	79	79	79
Itens de processo	2.710	1.536	2.710	1.536
Estoque de vacinas	430	647	430	647
Total	13.728	9.060	14.050	9.060

9 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ credor a compensar	315	-	315	28
IRPJ saldo negativo de balanço (2010 a 2014)	-	899	-	898
CSLL credor a compensar	492	2.099	492	2.099
COFINS a compensar	2.524	2.505	2.524	2.505
PIS a compensar	460	775	460	775
ISS a recuperar	4.646	3.782	4.646	3.782
Tributos sobre clientes a faturar	3.226	1.561	3.226	1.561
Outros impostos a recuperar (a)	2.744	3.914	2.744	3.914
Total	14.407	15.535	14.407	15.564

(a) Essa rubrica se refere a tributos federais a recuperar.

10 OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adiantamentos (a)	438	1.100	438	1.100
Benefícios a funcionários	29	106	29	165
Créditos com terceiros	67	823	67	2.357
Contas a receber CRI (b)	5.350	3.600	5.350	3.600
Debêntures	-	231	-	231
Despesas antecipadas	88	534	88	534
Outros créditos	2.163	118	2.163	118
Total	8.135	6.512	8.135	8.105
Circulante	668	6.281	668	7.873
Não Circulante	7.467	231	7.467	231

- (a) Esse saldo se refere a adiantamentos realizados a empregados e fornecedores.
- (b) Esse saldo corresponde ao valor dado em garantia na operação de Crédito de Recebíveis Imobiliários – CRI, a ser devolvido quando da liquidação do contrato.

11 PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são reconhecidas pela Companhia de acordo com as condições acordadas entre as partes. As principais transações entre a controladora e suas controladas foram eliminadas das demonstrações financeiras consolidadas e decorrem do compartilhamento de custos e prestações de serviços contratados entre as empresas, objetivando a consecução dos seus negócios, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. A composição dos saldos é apresentada como se segue.

	Consolidado	
	2020	2019
<u>Ativo Não Circulante</u>		
CRU – Dr. Wandir	-	25
CRA	-	149
Sabin S/A	115.821	76.548
Sabin Biotec	3.282	3.269
	119.103	79.991
<u>Passivo Não Circulante</u>		
PHD	-	733
Quaglia	-	5.756
Sabin Taguatinga	-	1.065
Sabin Vacinas	-	421
	-	7.975
Total líquido	119.103	72.016

12 INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Participações em empresas - avaliadas pelo custo	64	64	64	64
PHD Laboratório Clínico Ltda.	9.745	4.517	-	-
Unicred Conta Capital	2.884	2.742	2.888	2.745
Propriedades para Investimento (a)	11.497	11.585	11.497	11.585
Total	24.190	18.908	14.449	14.394

(a) O valor de mercado da propriedade para investimento referente ao imóvel comercial localizado em São José dos Campos – SP em 31 de dezembro de 2020 (R\$11.497) e 2019 (R\$11.585), foi calculado com base em uma avaliação executada por avaliadores independentes não relacionados com a Companhia.

As participações societárias do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. estão assim apresentadas:

	Controladora	
	2020	2019
Capital social da investida	1.278	1.278
Capital integralizado pelo Laboratório Sabin	1.278	888
Participação (A)	100,00%	69,49%
Patrimônio líquido da investida (B)	9.745	6.501
Saldo do investimento (A) x (B)	9.745	4.516

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu a participação de 30,51% do acionista minoritário e parte relacionada (controladora da Companhia), Sabin Medicina Diagnóstica S.A. pelo valor de R\$6,7 milhões.

Por se tratar de aquisição de participação não controladora de empresa do Grupo, esta transação foi considerada como uma aquisição societária sob controle comum e reconhecida nas demonstrações financeiras do Grupo pelo seu custo histórico. A eventual diferença entre os montantes pagos ou recebidos e a participação adquirida será reconhecida diretamente no patrimônio do grupo, como transação de capital com a Companhia.

A seguir, apresentamos a movimentação dos investimentos.

	Controladora	
	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	18.908	15.607
Equivalência patrimonial	4.392	4.231
Dividendos recebidos	(2.765)	(985)
Participação em investimentos (a)	3.600	-
Depreciação da propriedade para investimento	(88)	(88)
Integralização de capital na Unicred	143	156
Outros ajustes	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro	24.190	18.908

(a) Essa rubrica se refere às ações remanescentes (30,51%) da empresa PHD.

13 IMOBILIZADO

	Controladora								Total	
	Máquinas e equipamentos	Hardware	Móveis e utensílios	Edificações	Benfeitorias em bens de terceiros	Veículos	Terrenos	Instalações		Imobilizado em andamento
Custo										
Em 1º de janeiro de 2020	43.113	14.246	9.858	5.212	20.163	2.964	455	162	3.622	99.795
Adições	1.970	228	118	-	716	11	-	-	-	3.043
Baixas	(4)	(54)	(8)	-	-	(36)	-	(1)	-	(103)
Transferência	-	-	-	-	3.622	-	-	-	(3.622)	-
Em 31 de dezembro de 2020	45.079	14.420	9.968	5.212	24.501	2.939	455	161	-	102.735
Depreciação acumulada										
Em 1º de janeiro de 2020	(14.474)	(10.097)	(5.020)	(2.247)	(1.255)	(2.074)	-	(139)	-	(35.306)
Depreciação anual	(4.139)	(2.002)	(847)	(209)	(1.100)	(417)	-	(8)	-	(8.722)
Baixas	1	54	-	-	-	21	-	-	-	76
Em 31 de dezembro de 2020	(18.612)	(12.045)	(5.867)	(2.456)	(2.355)	(2.470)	-	(147)	-	(43.952)
Valor contábil										
Em 1º de janeiro de 2020	28.639	4.149	4.838	2.965	18.908	890	455	23	3.622	64.489
Em 31 de dezembro de 2020	26.467	2.375	4.101	2.756	22.146	469	455	14	-	58.783

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

	Consolidado								Total	
	Máquinas e equipamentos	Hardware	Móveis e utensílios	Edificações	Benfeitorias em bens de terceiros	Veículos	Terrenos	Instalações		Imobilizado em andamento
Custo										
Em 1º de janeiro de 2020	43.626	14.503	10.417	5.212	20.163	3.272	455	181	3.622	101.451
Adições	1.972	228	170	-	716	11	-	-	-	3.097
Baixas	(4)	(54)	(8)	-	-	(36)	-	-	-	(102)
Transferência	-	-	-	-	3.622	-	-	-	(3.622)	-
Em 31 de dezembro de 2020	45.594	14.677	10.579	5.212	24.501	3.247	455	181	-	104.446
Depreciação acumulada										
Em 1º de janeiro de 2020	(14.976)	(10.355)	(5.222)	(2.247)	(1.255)	(2.283)	-	(181)	-	(36.520)
Depreciação anual	(4.176)	(2.007)	(866)	(209)	(1.100)	(462)	-	(9)	-	(8.829)
Baixas	2	53	1	-	-	21	-	-	-	76
Em 31 de dezembro de 2020	(19.150)	(12.309)	(6.087)	(2.456)	(2.355)	(2.724)	-	(190)	-	(45.273)
Valor contábil										
Em 1º de janeiro de 2020	28.650	4.148	5.196	2.965	18.908	989	455	-	3.622	64.931
Em 31 de dezembro de 2020	26.444	2.368	4.492	2.756	22.146	523	455	(9)	-	59.174

A Companhia possui ativos negociados em garantia em financiamentos como cláusula de *covenants*, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.1. Esses bens são compostos em sua maioria por equipamentos de análises clínicas e de imagem.

14 ATIVO INTANGÍVEL

	Controladora				Consolidado			
	Licença de uso de software	Concessão direito de uso	Outros Intangíveis	Total	Licença de uso de software	Concessão direito de uso	Outros Intangíveis	Total
Custo								
Em 1º de janeiro de 2020	23.982	483	-	24.465	23.987	483		24.470
Adições	1.154	1.577	3.099	5.830	1.154	1.578	3.100	5.832
Em 31 de dezembro de 2020	<u>25.136</u>	<u>2.060</u>	<u>3.099</u>	<u>30.295</u>	<u>25.141</u>	<u>2.061</u>	<u>3.100</u>	<u>30.302</u>
Amortização e perdas acumuladas								
1º de janeiro de 2020	(15.357)	-	-	(15.357)	(15.357)	-	-	(15.357)
Amortização anual	(3.937)	-	-	(3.937)	(3.937)	-	-	(3.937)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>(19.294)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.294)</u>	<u>(19.294)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.294)</u>
Valor contábil								
Em 1º de janeiro de 2020	<u>5.842</u>	<u>2.060</u>	<u>-</u>	<u>9.108</u>	<u>5.847</u>	<u>2.061</u>	<u>3.100</u>	<u>11.008</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>5.842</u>	<u>2.060</u>	<u>3.099</u>	<u>11.001</u>	<u>5.847</u>	<u>2.061</u>	<u>3.100</u>	<u>11.008</u>

15. ARRENDAMENTOS

15.1 DIREITO DE USO – ATIVO

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2020	178.276	1.055	179.331	180.753	1.055	181.808
Adições	29.527	1.108	30.635	32.357	1.108	33.465
Em 31 de dezembro de 2020	207.803	2.163	209.966	213.110	2.163	215.273
Amortização e perdas acumuladas						
1º de janeiro de 2020	(24.344)	(1.055)	(25.399)	(24.691)	(1.055)	(25.746)
Amortização anual	(30.943)	(554)	(31.497)	(31.720)	(554)	(32.274)
Em 31 de dezembro de 2020	(55.287)	(1.609)	(56.896)	(56.411)	(1.609)	(58.020)
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2020	153.932	-	153.932	156.062	-	156.062
Em 31 de dezembro de 2020	152.516	554	153.070	156.699	554	157.253

15.2 ARRENDAMENTOS – PASSIVO

Descrição	Vencimentos das parcelas	Controladora		Consolidado	
		Valor total	%	Valor total	%
Total do passivo circulante	Até dez/2021	20.211	13,01%	21.008	13,17%
	2022	28.778	21,30%	30.907	22,88%
	2023	33.979	25,15%	34.108	25,25%
	2024	22.957	16,99%	24.093	17,83%
	2025	20.592	15,24%	20.592	15,24%
	2026 em diante	28.786	21,31%	28.786	21,31%
Total do passivo não circulante		135.092	86,99%	138.486	86,83%
Total		155.303	100,00%	159.494	100,00%

16 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores de materiais	27.231	17.073	26.978	17.259
Fornecedores de serviços	4.705	2.950	4.733	2.981
Outros fornecedores (a)	10.240	6.419	10.300	6.489
Total	42.176	26.442	42.011	26.730

(a) Essa rubrica registra fornecedores de equipamentos, consultoria de sistemas, manutenção, segurança, telefonia, entre outros.

17 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 15 de setembro de 2019, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, nominativas e escriturais, quirografárias, com garantia fidejussória e real nos termos do art. 58 (caput) da Lei das Sociedades por Ações. Elas não possuem emissão de cautelas ou certificados. Foram emitidas 150.000 mil debêntures, cujo valor unitário é de R\$1, totalizando R\$150.000.

As debêntures terão o prazo de vencimento de 7 (sete) anos, vencendo-se, portanto, no dia 15 de setembro de 2026 com remuneração correspondente ao CDI + 1,20% a.a. As taxas dos demais empréstimos variam de 0,76% à 1,99% a.m. dependendo do tipo do contrato.

A seguir, apresentamos a composição do saldo relativo aos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020.

17.1 COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Indexador e Taxas (%)		Controladora	
	(a.m)	Vencimento	2020	2019
a) Empréstimos com debêntures				
Debêntures	1,20% + CDI	09/2026	148.418	149.968
Capital de giro	1,01%	06/2023	96.459	-
Conta garantida	-	-	-	2.811
DL do Brasil Leasing	1,99%	09/2021	835	2.972
FCO BB	0,76%	10/2025	12.541	15.115
TOTVS Santander	1,51%	02/2023	1.426	286
Teltec Solutions	-	07/2021	52	-
Total			259.731	171.152
Circulante			99.665	7.983
Não Circulante			160.066	163.169

17.2 CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 e os respectivos valores nominais são como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
2020	-	7.983
2021	99.665	13.815
2022	40.017	32.050
2023	40.017	32.049
2024	40.016	32.049
Após 2024	40.016	53.206
Total	259.731	171.152

GARANTIAS E COVENANTS

Os contratos possuem em geral como principais garantias os avais das acionistas, principais recebíveis de convênios, cartões de crédito e débito e equipamentos. Com relação às cláusulas de *covenants*, em sua maioria estão vinculadas a:

- Pagamento de dividendos em consonância com a Lei das Sociedades por Ações;
- Vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias vinculadas a contratos de empréstimos em geral
- Constituição voluntária de quaisquer garantias reais, ônus sobre ativos;
- Manutenção e seguro das garantias oferecidas; e
- Não observância de índices financeiros apurados anualmente pela emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas regularmente, conforme estabelece as normas contábeis vigentes.

A Administração, entende que na data desta emissão destas demonstrações financeiras, todas as cláusulas foram atendidas.

18 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários a pagar	9.907	10.662	10.024	10.701
INSS a recolher	3.441	2.604	3.470	2.639
FGTS a recolher	1.224	1.433	1.259	1.434
Provisões de férias e encargos sociais	15.667	14.068	15.667	14.068
PPLR a pagar (a)	9.732	4.698	9.732	4.698
Provisão para contingência trabalhista	311	-	311	-
Outras obrigações	472	431	473	431
Total	40.754	33.896	40.936	33.971

(a) Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PPLR.

19 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
CSLL a recolher	2.433	3.304	2.505	3.341
IRPJ a recolher	8.815	17.059	8.934	17.131
IRRF a recolher	1.419	716	1.427	723
COFINS a recolher	2.437	2.261	2.487	2.287
PIS a recolher	165	443	176	449
ISS a recolher	987	690	1.055	717
Parcelamento IRPJ	12.213	1.458	12.213	1.458
Parcelamento CSLL	3.320	814	3.320	814
Parcelamento PIS	55	155	55	155
Parcelamento COFINS	891	1.317	891	1.317
Demais tributos a recolher	1.214	1.158	1.235	1.169
Total	33.949	29.375	34.298	29.561
Circulante	18.250	27.167	18.599	27.354
Não Circulante	15.699	2.208	15.699	2.208

20 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adiantamento de clientes	2.640	767	2.658	775
Cauções a pagar	11	13	12	13
Obrigações com terceiros	-	46	-	46
Outras obrigações	12.325	22.927	14.358	23.949
Total	14.976	23.753	17.028	24.783
Circulante	3.321	953	5.373	1.983
Não Circulante	11.655	22.800	11.655	22.800

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$7.500, representado por 7.500 (sete milhões e quinhentas mil) ações, cujo valor unitário de R\$1,00, totalmente integralizado em moeda corrente do país, onde o Sabin Medicina Diagnóstica S.A. é detentor de 100% da participação acionária na sociedade.

b) Reserva Legal

Em 31 de dezembro de 2019, foi constituída a Reserva Legal no limite de 20% do Capital Social, conforme estabelece a Lei das Sociedades por Ações, correspondente ao montante de R\$1.500 do limite estabelecido por lei.

c) Apropriação do Lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, a proposta da Administração para distribuição do lucro líquido, sujeita a ratificação na Assembleia Geral dos Acionistas, conforme demonstrado abaixo:

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, em 2020 foram apurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme demonstrado a seguir.

Descrição	Valor R\$ Mil
I.- Lucro Líquido do Exercício	78.328
(+) Realização de Reservas	-
II – Base de cálculo dos Dividendos	78.328
Dividendos obrigatórios (25% x II)	19.582
Reserva Legal (5% x I)	-
Reserva de Lucros	58.746

22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição das receitas líquidas dos serviços prestados no exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Análises clínicas	753.142	656.569	774.965	679.294
Imunização	16.962	17.924	16.962	17.924
Imagem	698	357	699	357
Check-up executivo	440	203	440	204
Receita Bruta de serviços prestados (a)	771.242	675.053	793.066	697.779
(-) Deduções e abatimentos	(9.745)	(7.070)	(9.757)	(7.079)
ISS	(15.224)	(13.295)	(16.527)	(14.419)
COFINS	(22.354)	(19.640)	(23.157)	(20.322)
PIS	(4.844)	(4.254)	(5.018)	(4.403)
(-) Tributos incidentes sobre serviços	(42.421)	(37.189)	(44.702)	(39.144)
Total	719.075	630.794	738.607	651.556

(a) Refere-se a receita pela prestação de serviços laboratoriais, de imagem, imunização, *check-up* executivo, entre outros.

23 CUSTOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Material aplicado (a)	141.305	101.591	136.386	101.592
Serviços terceirizados (b)	23.180	20.947	28.340	23.564
Materiais de consumo direto	1.842	1.301	4.281	3.535
Controle de qualidade - PELM	2.069	1.117	2.069	1.117
Custo vacinas	8.116	10.207	8.116	10.207
Depreciação e amortização	3.033	2.985	3.033	2.985
Custos gerais	-	10.612	-	14.949
Custos transporte	-	808	-	808
Custos serviços profissionais	5.516	7.267	5.515	7.267
Total	185.061	156.835	187.740	166.024

(b) Esse saldo se refere aos custos oriundos dos contratos de arrendamento dos equipamentos localizados no Núcleo Técnico Operacional – NTO.

(c) Esse saldo é composto por custos decorrentes de serviços terceirizados de análises clínicas, de imagem e de *check-up* executivo.

24 DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e encargos	145.438	143.896	149.922	143.896
Benefícios a empregados	54.592	47.923	55.669	48.813
Provisão de férias/13º salários e encargos	32.030	30.127	32.506	30.127
Provisão de PPLR	12.625	10.283	12.624	10.283
Total	244.685	232.229	250.721	233.119

25 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aluguéis, serviços gerais e públicos	43.679	28.379	44.779	29.439
Promoções e eventos	149	588	152	588
Serviços de consultoria	-	-	1.126	1.357
Serviços de advocacia	1.590	2.403	1.600	2.403
Serviços de manutenção	17.756	10.534	17.780	10.645
Doações - Instituto Sabin	4.054	4.712	4.054	4.714
Pró-labore	-	328	-	328
Internet - ADSL	5.002	6.417	5.044	6.420
Viagens, alimentos e estadas	770	3.564	807	3.599
Reciclagem, depósito e tratamento de lixo	1.627	1.444	1.655	1.464
Suprimentos e periféricos	3.788	5.719	3.796	5.720
Outsourcing impressão	2.970	2.810	2.970	2.880
Despesas indedutíveis	4.447	6.590	4.447	6.590
Serviços de informática	3.369	5.936	3.369	5.936
Lanches e refeições	3.020	5.688	3.020	5.688
Outros	5.994	3.844	6.283	4.328
Total	98.215	88.956	100.882	92.099

26 DESPESAS COMERCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Publicidade e propaganda	4.169	6.598	4.189	6.619
Comercial e gerais	3.202	3.346	3.231	3.346
Total	7.371	9.944	7.420	9.965

Nessa rubrica são registradas as despesas com endomarketing, assessorial de comunicação e brindes.

27 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IOF	679	1.414	681	1.418
IPTU/IPVA	855	863	875	882
Impostos e contribuições	453	886	475	901
Total	1.987	3.163	2.031	3.201

30 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	2020	2019
Lucro antes do IRPJ e CSLL	120.825	82.138
(+) Adições	51.395	55.070
(-) Exclusões	(43.020)	(56.077)
(=) Lucro real tributável	129.200	81.131
Alíquota aproximada	34%	34%
(=) Despesa com IRPJ e CSLL bruto	43.904	27.560
(-) Incentivos referentes ao imposto de renda	(1.407)	(686)
(=) Total apurado com IRPJ e CSLL	42.497	26.874
(-) Imposto de renda retido na fonte	(12.316)	(11.482)
(-) Outros ajustes tributários	(25.151)	(13.957)
Imposto de renda e contribuição social	5.030	1.435

31 CONTINGÊNCIAS

A Companhia provisionou no exercício de 2020, um processo administrativo no montante de R\$311, classificado como de risco provável, considerando a opinião de seus assessores legais.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo contingente somava o montante de R\$9.740, relativo a ações de natureza administrativa, trabalhista e tributária, não provisionadas porque envolve risco de perda classificado por seus assessores jurídicos como possível.

32 SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para riscos de colisão, incêndio, roubo e furto, entre outros relacionados aos seus equipamentos, instalações e veículos considerando a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição de seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2020, foram contratados seguros com cobertura no montante de R\$170.231, conforme descrito a seguir.

Descrição do bem segurado	Principais coberturas	Valor segurado em 31/12/2020
Equipamentos	Básicas e danos elétricos.	17.967
Instalações	Incêndio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, vazamentos, entre outros.	151.523
Veículos	Danos materiais, corporais, colisão, roubo, furto, etc.	741
Total		170.231

As premissas de riscos adotadas pela Administração em decorrência de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

33 EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Efeito do coronavírus nas Demonstrações Financeiras

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (Covid-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, emitiu o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2020 no qual destaca a importância de as Empresas considerarem cuidadosamente os impactos da Covid-19 em seus negócios e reportarem nas Demonstrações Financeiras os diversos riscos e incertezas advindos desta análise em observância às normas contábeis vigentes.

Ainda há incerteza sobre como o futuro desenvolvimento do surto afetará os negócios da Companhia e a demanda dos clientes por sua prestação de serviço. Entretanto, os impactos apresentados no exercício findo em 2020, demonstraram uma alavancagem em razão da natureza das operações da Empresa, motivo pelo qual houve crescimento do resultado no período, com forte indicativo de se manter equilibrado no exercício de 2021.

Na data de autorização das demonstrações financeiras, a Companhia dispunha de margem suficiente de financiamento disponível. Além disso, para responder a um cenário negativo severo, a Administração tem a capacidade de tomar as seguintes ações: (i) de mitigação para reduzir custos; (ii) otimização do fluxo de caixa para preservar a liquidez; (iii) reduzir despesas de capital não essenciais; (iv) adiar ou cancelar despesas discricionárias; (v) suspender o recrutamento não essencial; e (vi) reduzir gastos com marketing.

Na data de emissão dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia não vislumbra riscos ou possíveis incertezas que possam nesse momento afetar a continuidade de seus negócios, as estimativas e julgamentos contábeis relacionados na nota explicativa nº 3.4. Com base nesses fatores a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados e linhas de crédito suficientes para sua sustentabilidade.

33.2 Emissão de debêntures

Em 12 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a 2ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, nominativas e escriturais, quirografárias, com garantia fidejussória nos termos do art. 58 (caput) da Lei das Sociedades por Ações. Foram emitidas 100.000 mil debêntures, cujo valor unitário é de R\$1, totalizando R\$100.000, sem emissão de cautelas ou certificados.

As debêntures terão o prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto, no dia 12 de fevereiro de 2026 com remuneração correspondente ao CDI + 2,60% a.a. As taxas dos demais empréstimos variam de 0,76% à 1,99% a.m. dependendo do tipo do contrato.

Diretores Estatutários

Lídia Freire Abdalla Nery
Presidente Executiva

José Francisco Viana de Sousa
Diretor Financeiro

Diretores Executivos

Rafael Henrique Jácomo

Diretor Técnico

Marly Vidal Silva Macedo

Diretora Administrativa e de Pessoas

Bruno Ganem Siqueira

Diretor de Relacionamento com o Mercado

Cyra Mesquita de Araújo

Diretora Técnica de Expansão

Guilherme Ferreira de Oliveira

Diretor Administrativo de Expansão

Lourivana Rodrigues de Lima

Contadora – CRC/DF 017.015/O-8